



DIREITO TRIBUTÁRIO



Estratégia
OAB

SIMULADO COM CORREÇÃO EM VÍDEO

DIREITO TRIBUTÁRIO

A instituição de assistência social Sol da Tarde, que não tem fins lucrativos e que atende aos requisitos do art. 14 da Lei 5.172/66, explora, em terreno de sua propriedade, serviço de estacionamento e guarda de veículos automotores, cuja renda é revertida integralmente para a manutenção das suas finalidades essenciais.

Ocorre que tal instituição foi autuada pela fiscalização tributária do Município Beta, onde é estabelecida, por meio de Auto de Infração que lhe foi notificado há 6 (seis) meses, sob o fundamento de que a instituição não declarou e recolheu o ISSQN - Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza relativo a fatos geradores ocorridos nos exercícios fiscais de 2015, 2016, 2017 e 2018, correspondentes à atividade de prestação de serviço de estacionamento e guarda de veículos, devidamente prevista na lista de serviços anexa ao Código Tributário Municipal.

Ao analisar o Auto de Infração, você verificou ainda que o Município calculou o ISS mediante aplicação da alíquota de 5%, prevista em lei municipal que entrou em vigor somente em janeiro de 2019, sendo que, durante os exercícios de 2015 a 2018, a legislação municipal estabelecia alíquota de 2% para a referida atividade.

2

Considerando que a instituição de assistência social em questão quer ver a Fazenda Pública condenada em honorários advocatícios, e que o pagamento do tributo inviabilizará os investimentos necessários para a ampliação e manutenção dos serviços assistenciais que ela presta, apresente, como Advogado(a) dela, a medida judicial adequada para a defesa dos seus direitos e interesses, esgotando os fundamentos de direito processual e material pertinentes, garantindo, ainda, que ela não figure como inadimplente junto ao Fisco Municipal, já que possui justo receio da inscrição desse débito na Dívida Ativa, que ainda não foi realizada.

Obs.: a peça deve abranger todos os fundamentos de Direito que possam ser utilizados para dar respaldo à pretensão. A simples menção ou transcrição do dispositivo legal não confere pontuação (Valor: 5,0)

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	
51	
52	
53	
54	
55	
56	
57	
58	
59	
60	

61	
62	
63	
64	
65	
66	
67	
68	
69	
70	
71	
72	
73	
74	
75	
76	
77	
78	
79	
80	
81	
82	
83	
84	
85	
86	
87	
88	
89	
90	

91	
92	
93	
94	
95	
96	
97	
98	
99	
100	
101	
102	
103	
104	
105	
106	
107	
108	
109	
110	
111	
112	
113	
114	
115	
116	
117	
118	
119	
120	

121	
122	
123	
124	
125	
126	
127	
128	
129	
130	
131	
132	
133	
134	
135	
136	
137	
138	
139	
140	
141	
142	
143	
144	
145	
146	
147	
148	
149	
150	

QUESTÃO 01

Mário Augusto, servidor da Administração Tributária do Município X, recebeu propina de Francisco, adquirente de um imóvel localizado na área rural, para, em conluio com este, emitir uma certidão negativa que atestava falsamente a inexistência do débito de ITBI - Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis incidente sobre a transferência dessa propriedade. A certidão seria utilizada por Francisco para comprovar, perante terceiros, a inexistência de débitos tributários relacionados à aquisição do imóvel. De acordo com a legislação do referido Município, o adquirente de bem imóvel é o contribuinte do ITBI. Com base nessa hipótese, responda os itens a seguir:

A) Incide ITBI sobre a transmissão de bem imóvel localizado na área rural do Município? Justifique e fundamente. (Valor: 0,65)

B) O servidor Mário Augusto poderá ser responsabilizado pessoalmente pelo crédito tributário relativo ao ITBI e juros de mora acrescidos? Justifique e fundamente. (Valor: 0,60)

Obs.: o(a) examinando(a) deve fundamentar as respostas. A mera citação do dispositivo legal não confere pontuação.

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

QUESTÃO 02

Paulo importou da Itália, pessoalmente, um carro superesportivo de luxo para o seu uso pessoal. O veículo ingressou no território brasileiro após desembaraço aduaneiro realizado no Porto de Santos, Estado de São Paulo, e foi posteriormente remetido ao Distrito Federal, onde Paulo tem domicílio e residência. No momento do desembaraço aduaneiro a autoridade alfandegária exigiu a comprovação do pagamento do ICMS - Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços incidente na importação. Com base na situação apresentada, responda os itens a seguir:

- A) É devido ICMS na importação feita por pessoa física que não é contribuinte habitual do imposto, relativamente a bem que será empregado em seu uso pessoal? Justifique e fundamente. (Valor: 0,65)
- B) Qual a entidade federativa competente para exigir o ICMS incidente na importação de mercadoria proveniente do exterior? O Estado de São Paulo ou o Distrito Federal? Justifique e fundamente. (Valor: 0,60)

Obs.: o(a) examinando(a) deve fundamentar as respostas. A mera citação do dispositivo legal não confere pontuação.

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

QUESTÃO 03

A sociedade empresária Alfa Ltda. deixou de declarar e pagar determinado tributo no prazo legal. Sem ter anteriormente declarado ou confessado o débito ao Fisco, e antes de qualquer procedimento de fiscalização ou medida administrativa por parte do Fisco, a empresa procurou espontaneamente a Administração Tributária, confessou o débito e efetuou o pagamento integral do tributo devido, acrescido de juros de mora. Com base nessa situação, responda aos itens a seguir:

- A) A sociedade empresária Alfa Ltda. ficará sujeita à multa de mora? Justifique e fundamente. (Valor: 0,65)
- B) O pagamento integral realizado pela sociedade empresária produz qual efeito sobre o crédito tributário? Justifique e fundamente. (Valor: 0,60)

Obs.: o(a) examinando(a) deve fundamentar as respostas. A mera citação do dispositivo legal não confere pontuação.

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

QUESTÃO 04

A empresa Petroquímica Botafogo S/A, com sede e único estabelecimento no Estado do Rio de Janeiro, exerce exclusivamente a atividade de industrialização de combustíveis. No final do ano passado ela foi alvo de fiscalização federal, que lavrou AIIM - Auto de Infração e Imposição de Multa por falta de recolhimento do IPI - Imposto sobre Produtos Industrializados incidente sobre a sua atividade. Ocorre que no início do ano passado o Presidente da República publicou o Decreto Federal nº 12.345, por meio do qual, sem qualquer justificativa, elevou a alíquota do referido imposto somente para os contribuintes estabelecidos no Estado do Rio de Janeiro, tal como a empresa Petroquímica Botafogo S/A. Sobre a hipótese descrita, responda os itens a seguir:

A) Incide IPI na industrialização de combustíveis pela empresa Petroquímica Botafogo S/A? Justifique e fundamente. (Valor: 0,65)

B) É constitucional a elevação da alíquota do referido imposto, por decreto, somente para os contribuintes estabelecidos no Estado do Rio de Janeiro? Justifique e fundamente. (Valor: 0,60)

Obs.: o(a) examinando(a) deve fundamentar as respostas. A mera citação do dispositivo legal não confere pontuação.

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

CONSIDERAÇÕES FINAIS

OABeiro,

Espero que você obtenha um excelente resultado neste simulado!

Um forte abraço,

Prof. Rodrigo Martins



[@professorrodrigomartins](https://www.instagram.com/professorrodrigomartins)



[Fórum de Dúvidas do Portal do Aluno](#)